

grafo único. Serão integrantes da mesa os convidados previamente, ou representantes indicados e/ou outra autoridade eleita pela Presidência da Mesa.

**Art. 9º.** A Audiência será realizada em um período dividido pelas seguintes etapas:

**I-** exposição dos fundamentos e principais destaques do tema;

**II-** oitiva dos presentes para manifestação;

**III-** debates;

**IV -** conclusão dos trabalhos.

**Art. 10.** Após a composição da mesa, será iniciado o procedimento com a abertura formal da Audiência, com breve explicação das normas que a regerão e das demais informações necessárias e úteis para a condução dos trabalhos.

§ 1º Após a exposição do presidente, será dada a palavra aos demais componentes da mesa, com tempo máximo de manifestação de 05 (cinco) minutos, podendo ser ampliado pelo presidente para melhor exposição do assunto, quando necessário. Os componentes da mesa poderão delegar seus respectivos tempos à exposição de algum dos colegas.

§ 2º Após, será dada palavra aos técnicos convidados que poderão expor seus temas durante o tempo máximo de 20 (vinte) minutos, prorrogáveis mediante autorização do presidente da Audiência, se necessário.

§ 3º Será dada a palavra, em continuação, aos presentes para manifestação, seguindo a ordem de inscrição, segmentando-a em grupos de no máximo 5 (cinco) inscritos, com tempo máximo para cada participante de 3 (três) minutos, podendo ser ampliado pelo presidente, quando necessário ao esclarecimento do assunto.

§ 4º Na sequência, o presidente facultará a palavra aos membros da mesa ou técnicos convidados para responder ao questionamento.

§ 5º Na sequência, o presidente organizará os pedidos de réplica aos presentes em relação às manifestações, com tempo máximo de manifestação de 03 (três) minutos, podendo ser ampliado pelo presidente para melhor exposição do assunto, quando necessário.

§ 6º Concluídas as exposições e manifestações, o presidente dará por concluída a Audiência.

§ 7º Ao final dos trabalhos, a ata será subscrita pelo secretário de mesa, sendo o presidente responsável pela sua divulgação e publicidade, tornando-a disponível no site da Prefeitura em até 15 (quinze) dias após a realização da Audiência.

## CAPÍTULO II

### DA PUBLICIDADE

**Art. 11.** Ao Edital de Convocação será conferida ampla publicidade. Parágrafo único. É facultado aos organizadores da Audiência convidar especialistas, pesquisadores, técnicos, associações com notória atuação na área, representações profissionais, assim como empresas, associações ou entidades civis, observada a pertinência temática, para comparecerem na qualidade de convidados.

**Art. 12.** A Audiência terá acesso livre a qualquer pessoa, bem como aos meios de comunicação, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local de realização.

**Parágrafo único.** Serão permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro, desde que autorizadas pelo presidente, em razão das limitações do espaço físico onde se realizará o evento.

## CAPÍTULO III

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 13.** As deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações emitidas no evento ou em decorrência deste terão a finalidade de informar a atuação da Administração Pública, contribuir para observância do princípio da eficiência e assegurar a participação popular, na forma da lei, na condução do interesse ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Campinas, 04 de julho de 2018

**ROGÉRIO MENEZES**

Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

## INFORMES

### PLANO DE MANEJO DA APA DE CAMPINAS

#### MATERIAL

O material do plano de manejo, no formato online e disponível para download encontra-se no site da Prefeitura de Campinas, no seguinte endereço:  
<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/conservacao-da-natureza.php?plano-manejo>

Os volumes impressos do Plano de Manejo estarão disponíveis, a partir do dia 11/07 para consulta nos seguintes locais

1. **Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**- (Av. Anchieta, nº 200 - 19º andar, Centro)
2. **Estação Ambiental de Joaquim Egídio**(Rua Manoel Herculana da Silva Coelho, nº 230- Joaquim Egídio)
3. **Subprefeitura de Joaquim Egídio**(Rua José Ignácio, 14, Centro, Joaquim Egídio)
4. **Subprefeitura de Sousas**(Praça São Sebastião, 32, Centro, Sousas)
5. **Administração Regional 14**(R. Geraldo Aníbal, 592- Bairro Bananal)
6. **Associação de Moradores Unidos do bairro Carlos Gomes e Adjacências**, A/C Presidente Manuel Silvério Teodoro
7. **Sede do Congeapa**(Rua Heitor Penteado, nº 1.162 - Joaquim Egídio)

#### CONTRIBUIÇÕES

Conforme anunciado na Audiência Pública realizada em 25/06/18, as contribuições e dúvidas devem ser encaminhadas até o dia 10/07/18 para o e-mail [apacampinas@gmail.com](mailto:apacampinas@gmail.com)

#### PLANTÃO DE TIRA-DÚVIDAS

Informamos também que a equipe do Plano de Manejo estará disponível, das 9hs às 12hs e das 14hs às 16h30, para tirar as dúvidas bem como receber contribuições presencialmente nas seguintes datas e locais:

**12/07- Casa de Cultura em Sousas**(Rua Treze de Maio, nº 48, Jardim Martinelli - Sousas)

**13/07 - Estação Ambiental de Joaquim Egídio**(Rua Manoel Herculana da Silva Coelho, nº 230 - Joaquim Egídio)

**16/07 - Associação de Moradores Unidos do bairro Carlos Gomes e Adjacências**(Rua Santo Lunardelli, nº 83, Carlos Gomes)

**17/07 - Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**- (Av. Anchieta, nº 200 - 19º andar, Centro)

#### PERGUNTAS REALIZADAS NA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO DIA 25/06/18

As respostas aos questionamentos realizados na primeira parte da Audiência Pública realizada no dia 25/06, serão encaminhadas às respectivas pessoas por e-mail (se anexo na filipeta) e publicadas no Diário Oficial do Município antes da próxima Audiência Pública que será realizada no dia 25 de julho de 2018.

Campinas, 04 de julho de 2018

**ROGÉRIO MENEZES**

Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DE MANEJO E DOS PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DA TERRA DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE CAMPINAS 25/06/2018

Ata da Audiência Pública do Plano de Manejo e dos Parâmetros de Uso e Ocupação da Terra da Área de Proteção Ambiental (APA) de Campinas. Aos vinte e cinco dias de junho de 2018 com início às 18 horas e 40 minutos, das dependências do Salão Social anexo a Subprefeitura de Joaquim Egídio, R. José Inácio, 14 - Joaquim Egídio, Campinas - SP. A Sra. **Janete do Prado Alves Navarro**, Secretária Executiva do Conselho Gestor da APA Campinas - CONGEAPA deu por instalada a reunião. Iniciou em seguida a leitura da Convocação e Regulamento da Audiência Pública, publicada no Diário Oficial do Município (D.O.M.), de 13 de junho de 2018 à página 19). Finda a leitura, passou a palavra ao Secretário da SVDS, Sr. **Rogério Menezes** que presidiu a audiência e convidou a secretária executiva para secretariar a audiência e a compor a mesa o Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Campinas - COMDEMA, Dr. Giovanni Galvão, a vice-presidente do Conselho Gestor da APA Campinas - CONGEAPA, Sandra Marques e o Subprefeito de Joaquim Egídio Marcelo Duarte da Conceição. O presidente da Audiência no seu pronunciamento, cumprimentou a mesa e agradeceu a presença de todos e afirmou que o comparecimento de todos é um ato de cidadania de interesse coletivo. Que esse processo está completando 2 anos uma vez que a ordem de serviço foi assinada no dia do meio ambiente de 05 de junho de 2016. Agradeceu também toda a equipe técnica envolvida na elaboração desse plano. Foram mais de 40 servidores municipais envolvidos, onde houve uma série de reuniões e oficinas onde ultrapassaram a casa de 700 pessoas que participaram trazendo suas contribuições, críticas e ponderações. Completou dizendo que todas as contribuições que chegarem à mesa ou por e-mail nos próximos 15 dias, serão individualmente respondidas e publicadas no Diário Oficial do Município. O e-mail disponibilizado para o envio de contribuições é o [apacampinas@gmail.com](mailto:apacampinas@gmail.com). Finda as considerações iniciais, o presidente passou a palavra aos participantes da mesa. Com a palavra a vice presidente do CONGEAPA **Sandra Marques** disse que se alegrava com o grande número de presentes a exemplo de como foi a apresentação do Diagnóstico, lembrou que a participação da sociedade civil nas oficinas fora pequena mas esperava que após a apresentação todos dessem suas contribuições. O presidente do COMDEMA Dr. **Giovanni Galvão** disse da alegria de ver a participação ativa da sociedade civil para o debate de tão importante assunto para a cidade de Campinas. Falou que o COMDEMA tem participado ativamente e que solicitou à SVDS uma apresentação sobre o Plano de Manejo ao pleno do Conselho. Completou dizendo que a oitiva da sociedade civil possibilita ao gestor público decidir não apenas por questões técnicas ou políticas e que as contribuições na audiência pública ou por e-mail contribuirão para que a portaria também seja uma expressão do que pensa a sociedade civil. O presidente desfez a mesa de abertura e compôs a mesa técnica convidando a Dra. **Angela Guirao**, diretora do Departamento do Verde - DVDS da SVDS, a ecóloga **Alethea Peraro** e os Engenheiros **Gustavo D'Estefano** e **Geraldo Neto**, a geógrafa **Sueli Thomaziello** e os técnicos **Thomaz Barrella** e **Sabrina Martins** da Fundação José Pedro de Oliveira. A ecóloga **Alethea** informou que a empresa que elaborou o Plano de Manejo, a Walm Engenharia e Tecnologia não encontrava-se presente, mas não realizaria a apresentação pois essa audiência pública não estava no escopo do contrato. Utilizando mídia visual apresentou um vídeo institucional sobre todo processo da elaboração do plano de manejo. Finda a apresentação do vídeo apresentou as normas de zoneamento da APA e suas divisões. Explicou como se dará a análise dos usos e ocupações da APA à partir do Plano. Passou a palavra ao Eng. **Gustavo D'Estefano** que explanou sobre os parâmetros de uso e ocupação da terra - PUOT na área urbana da APA, chamada zona de ocupação controlada (ZOC). Destacou que não está proposto em nenhum momento a ampliação do perímetro urbano atualmente em vigência. Explanou sobre os novos parcelamentos do solo, uso e ocupação em loteamentos parcelados antes e depois do Plano de Manejo, movimentação de terra, regularização fundiária de interesse social, drenagem interna das edificações e edificações históricas. Seguiu a apresentação do Engenheiro **Geraldo Neto** que explanou sobre os parâmetros para a área rural. Iniciou falando dos programas que tem coordenado na SVDS apoio às áreas rurais, como o reflorestamento de áreas protegidas através do banco de áreas verdes, saneamento rural com doação de fossas sépticas e o Programa de pagamento por serviços ambientais - PSA. Explanou sobre os desafios do PUOT rural e explicou o regimento para vários parâmetros de atividades. Retornando a Ecóloga **Alethea** apresentou os Programas de gestão: Programa de conservação e recuperação da biodiversidade, Programa de conservação e recuperação de recursos hídricos, Programa de educação ambiental e comunicação, Programa de turismo sustentável, Programa de gestão do patrimônio cultural, histórico e arquitetônico, Programa de gestão de atividades rurais, Programa de saneamento básico da APA, Programa de gestão de infra estrutura de transporte e Programa de habitação social. Findou explicando o Sistema de Gestão e Governança sendo uma gestão compartilhada e participativa. Explicou também a diferença entre Conselho Gestor e Órgão gestor. Findou a apresentação explicando como se dará a instituição do Plano de Manejo que se dará por portaria do Órgão Gestor, no caso a SVDS, que já tem o respaldo da Lei Federal que garante que ele será cumprido. Todo o parâmetro sobre LUOS será retira-

do da Lei 10.850/2001 e será absorvido na LUOS o que for do urbano e que for do rural será em outro instrumento normativo a ser determinado. Concluída a apresentação, os regulamentos da Audiência Pública foram lembrados pelo presidente. Ficou determinado que a reunião seria dividida em blocos de 5 perguntas escritas ou orais (3 minutos), seguida por suas respostas, também em blocos. Cada novo bloco só teria início após a arguição de todas as respostas do bloco anterior. O presidente lembrou que se encontravam presentes 211 participantes que assinaram a lista de presença. Em 84 atividades realizadas até o momento, somam-se 972 pessoas que participaram das oficinas e reuniões para a elaboração do plano de manejo. Agradeceu a presença dos técnicos das Secretarias Municipais do Desenvolvimento Econômico: os senhores **Eros Vizele**, **Claudio Quercia** e **Daniela Scarassatti**; Serviços Públicos: a senhora **Márcia Calamari**; Secretaria da Pessoa com Deficiência: Sr. **Messias**; SEPLURB: senhora **Érica Pacheco**; COHAB: **Jonatas, Jean, Amanda e Paula**; SANASA: **Rodrigo Hajjar**; Orçamento Cidadão: senhor **Arlindo**; Secretaria de Assuntos Jurídicos: senhora **Maria Eduarda**. Passou a responder as perguntas: **1) Pergunta da APROAPA**: Dado os barramentos acima de 20 ha serem proibidos, o que se dará com as represas dos rios Atibaia e Jaguari previstas? **Resposta**: As represas são de interesse e utilidade pública. Quando se fala em proibição de represas é para que não haja na APA outras represas de interesse privado acima do limite de 20 ha. Obviamente as represas citadas são maiores do que esse limite. E como são de interesse público elas são possíveis mediante licenciamento ambiental, que no caso é realizado pela CETESB. A represa de Pedreira está em fase final de licenciamento. Em relação a outra represa, a do rio Atibaia, entende que está se referindo à SANASA, essa ainda não tem projeto, está em fase de definições técnicas. O termo de referência passou pela SVDS e pelo CONGEAPA. E não inviabiliza o plano de manejo. **2) Pergunta de José Renato Lima Oliveira**: Onde se enquadra a barragem de Pedreira naquele quadro de forte impacto ambiental? **Resposta**: A represa de Pedreira Campinas faz parte do planejamento estratégico do governo do Estado de São Paulo, que se chama plano diretor de águas da macro metrópole paulista que prevê mais de 20 obras que vão garantir água para a região macro metropolitana até 2035. Os cálculos são que precisaremos acrescentar em termos de reservação de água, quase 1 sistema Cantareira a mais, considerando o aumento populacional e industrial que teremos até 2035. Quem licencia essa obra é o Estado e não o município. Nós fazemos ETM - Estudo Técnico Municipal e os estudos preliminares. **3) Pergunta Katia** da sociedade civil: Sobre a construção das represas nos rios Atibaia e Jaguari, como são tratadas no Plano? **Resposta**: O Plano não detalha os aspectos relativos a represa porque essa é uma audiência pública sobre planejamento. As audiências públicas sobre as represas já foram realizadas. E no caso da futura represa, deverá ser realizada oportunamente. Aqui nós estamos falando de aspectos gerais e de uso do solo. **4) Pergunta Sandra Ventura** do Jornal Local: Sugere mais duas audiências públicas devido a complexidade dos temas tratados. **Resposta**: Nós podemos analisar a necessidade de mais audiência pública se até o final dos trabalhos, houver essa direção. Como foram aglutinadas as perguntas terminou a primeira rodada de perguntas escritas e passamos para os questionamentos orais em 3 minutos para cada. **1) A senhora Angela Podolsky** falou em nome da Câmara Técnica do Plano de Manejo. Leu um documento onde resumidamente não concorda como encerrado os trabalhos do Plano de Manejo bem como a realização dessa audiência pública. **2) Rodolfo em nome da APROAPA** disse que o plano de manejo da forma que foi concebido não trará nenhum benefício para a cidade. O documento da forma que se apresenta (complexo, confuso e contraditório) parece ter sido criado com a finalidade vazia de se criar um documento e segue um raciocínio completamente desvirtuado e doente. O plano de manejo aqui apresentado não tem um objetivo ou uma missão. Não é um meio e sim um fim. Me digam, no que se transformará a APA daqui a 20 anos com esse regramento confuso e desfocado. Como ficarão as centenas de proprietários rurais que moram na APA sem ter com que se sustentar? Vocês acreditam que vendendo apenas geleia e compota com frutas colhidas nos quintais de suas casas, irão sustentar esse território? Nos sentimos minimamente representados por esse documento. **3) Mércia Diniz do Instituto de Manejo de Animais Silvestres** falou que entende que 3 minutos são 3 minutos, mas que deveriam ter dado um espaço maior de fala. Disse que o zoneamento está muito difícil. Que encaminhou alguns projetos à Secretaria e os técnicos da SVDS não tiveram tempo de analisar. Pediu ao presidente que pensasse do porque estamos protegendo apenas uma das margens do rio. Disse que no documento que estão enviando terá a manifestação dos moradores e pede que avaliem pois entende que na macrozona 2 será necessária a criação de uma unidade de conservação. Disse que tem dados de toda fauna silvestre que transita nessa região. Outro ponto foi quanto a complexidade do que foi apresentado e sugeriu que fizessem os mapas temáticos de fauna, flora, corredor ecológico numa escala 1:20.000 para ficarem expostos na casa da cultura e assim poder ser explicado à população e assim podermos nos apropriar dessas informações. Finalizou informando que vão abrir o facebook do INPAS para receber contribuições que serão juntadas e posteriormente encaminhadas à SVDS. **4) Diego do Movimento atingidos por barragens** disse que vem acompanhando a discussão da aprovação do Plano de Manejo por conta das barragens. Disse que foi um consenso nesta audiência pública a falta de informações e divergências. Entende que é muito complicado dizer que barragem é de interesse público, uma vez que o próprio poder público não aceita barragem. Não se pronuncia sobre a questão ambiental e social. Se a barragem for existir tem que prever toda reparação. O CONGEAPA pediu vistas sobre a barragem e foi passado por cima. Outra questão é que está sendo discutido que o presidente não será mais eleito pelo povo. Disse que o plano de manejo tem que mencionar as barragens. **5) Carlos Alexandre Silva presidente do FECOMDEMA e coordenador da Câmara Técnica de Planejamento Ambiental do COMDEMA** disse que deve ser feito um reconhecimento da equipe da SVDS que atendeu a um anseio de mais de 10 anos do CONGEAPA. Disse que entende que o plano merece um capítulo específico que trate de habitação de interesse social em função da complexidade da questão. Disse que seria interessante para os moradores e que seria interessante sair da audiência com uma data para essas reuniões. Outra questão é o Hospital Cândido Ferreira e gostaria de saber qual o encaminhamento que está sendo dado a ele em função da judicialização de um processo existente. Outra contribuição é com relação a ter um fundo específico para a APA Campinas para que possa ter condições orçamentárias para se empreender políticas de turismo, programas e projetos etc. Acredita que poderia ter um período de transição com mais 2 mandatos da sociedade civil e construir uma gestão participativa e cooperativa, finalizou pedindo a ampliação do debate. **6) Thiago Amin, Arquiteto e morador de Sosas** agradeceu o espaço dado pelos técnicos da SVDS e da Walm. Falou sobre a questão do congelamento do Cadastro e quando será reativado. Falou que achou o modelo proposto muito interessante. **7) Aparecido do Movimento de Moradia e Cidadania**, disse que se sentiu contemplado na fala do **Carlos Alexandre** e que o COMDEMA tem apoiado a associação. Disse que leram o documento e não acharam muito claro pois quando se refere ao termo de habitação social as palavras que estão lá são: poderá, será estudado, etc... Completou dizendo que o cadastro que existe está defasado. Pediu apoio dos secretários do Planejamento, COHAB, Habitação e SVDS venham conversar com os membros da associação. O presidente iniciou as respostas desse bloco respondendo a

pergunta 1 da senhora **Angela Podolsky**. No momento da resposta a mesma já havia deixado a Audiência, mas o presidente respondeu que a mesma participou de todo o processo desde a elaboração do Termo de Referência, da aprovação no CONGEAPA e acompanhou os trabalhos da Walm. Tivemos a participação de mais de 40 técnicos, realizaram oficinas e agora aos 43 minutos do segundo tempo vem dizer que o trabalho não está pronto? Como presidente anunciou como resultado das falas que nós faremos outra audiência pública. Deixou para que a plenária escolha o local da próxima reunião. Informou que a empresa Walm tem prazo legal para entregar o trabalho e todos os requisitos foram cumpridos. Temos divergências? Então vamos trabalhar-las. Mas não vamos destruir tudo o que foi feito, falar como se nada tivesse sido feito, não faz sentido. Respondeu ao senhor **Rodolfo** da APROAPA que o mesmo traçou um cenário caótico. O presidente disse que o plano tem visão e missão. Disse que ao contrário do que foi falado se não há uma satisfação com o Plano, então vamos construir. Havia uma questão sobre como e onde se pode pavimentar, o Plano de Manejo resolveu isso. Respondeu a senhora **Mércia** que disse que enviou documentos que não foram acatados e sobre a exposição de mapas ficarem expostos para a população. O presidente perguntou à plenária onde fazer a segunda audiência e o foi aprovado o mesmo local. Quanto aos mapas, eles serão afixados onde elas decidirem ser o melhor local. Disse por exemplo que metade da APA será afetada, é uma inverdade é fake News! Respondeu ao **Carlos Alexandre** sobre um capítulo específico sobre habitação social. Disse que um dos nove programas, portanto um capítulo inteiro do plano, já está tratando desse tema. Não estamos tratando como algo periférico. Respondeu ao **Aparecido**, o presidente elogiou o grupo do pró moradia que participaram de todos os momentos da discussão do plano. O senhor **Rodolfo** da APROAPA em replica explicou o texto que leu e desfez o mal entendido. **Suzanna** presidente da APROAPA disse que ficaram frustrados com o processo. Receberam os documentos com pouco tempo para leitura e elaboração dos questionamentos. O presidente respondeu que não estava fechando o processo naquele momento e se eles não estavam se sentindo contemplados há tempo de procurarmos nos aproximamos e discutir. Disse que não deveriam destruir um processo. Vamos retomar o diálogo e tem o compromisso de reabrir a discussão com a APROAPA. A senhora **Elaine, moradora de Campinas** e trabalhadora de uma unidade de pesquisa. Lembrou que essa luta é antiga, vem desde a década de 90. Falou da preocupação com o céu uma vez que temos um centro de pesquisa de astronomia. Falou que estão trazendo parcerias para esse território, com projetos com a NASA entre outros. Dado o adiantado da hora o presidente colocou em votação o acréscimo de mais 30 minutos da audiência pública e foi aprovado. O senhor **Márcio movimento moradia** disse que acompanhou o plano diretor e do plano de manejo. Como o documento fica no site ele observou que a parte da moradia não está claro e pediu que seja revisado e mais detalhado, disse que está disposto a ajudar no que for preciso. O presidente passou para os técnicos e a Dra. **Angela** disse que vai internalizar essa demanda e será dado um novo formato no documento. O presidente iniciou a leitura de mais um bloco de perguntas escritas. **1) Antonio** perguntou se no momento está em elaboração algum EIA RIMA. O presidente acredita que estava perguntando da represa da SANASA e respondeu que o termo de referência para o EIA RIMA foi aprovado pelo CONGEAPA e pela SVDS e foi encaminhado à CETESB. Isso ainda não está no Plano de Manejo porque ainda não tem projeto, está em estudo. Esclareceu que todas as filipetas serão respondidas uma a uma com suas perguntas e respostas publicadas no Diário Oficial do Município. A técnica **Alethea** respondeu a pergunta do senhor **André Aranha**: **1) O plano de manejo não será uma Lei de Zoneamento? Apenas indica diretrizes para uma futura Lei, como é isso? Alethea** respondeu que sim, o plano de manejo traz o zoneamento mas será necessário uma Lei para isso. Atendendo a demanda, avançamos para além do zoneamento (tamanho de lote, atividades...), foram corajosamente definidos critérios. **2) Vai existir uma unidade do corpo de bombeiros na APA uma vez que é um território tão importante para a região metropolitana? Não somos assistidos quando existe incêndio nas nossas propriedades. Alethea** respondeu que infelizmente não temos gerência nas questões mas podemos com o plano gerar a indicação sobre essa necessidade. **3) Gustavo Carvalho APA Viva** perguntou: ouvimos na abertura dessa audiência a importância estratégica da área da fazenda Santana como fonte de água para Campinas. Com a previsão eminente de novos empreendimentos nessa área, como o Plano pretende garantir o nosso fornecimento de água e ainda a preservação de animais em situação de risco frequentemente avistados nessa região como lobo guará, onça parda, jaguatirica. O presidente esclareceu que não tem esse cenário de parcelamento na área rural. Foi dito na CBN que havia um parcelamento de solo em toda APA. Esclareceu que na área rural isso não ocorrerá. Somente na área urbana que tem 8 milhões de metros quadrados disponíveis, e precisa passar por todo regramento. Findou colocando a necessidade de se dialogar e não dar ouvidos a Fake News. A **Sueli Thomaziello** respondeu ao senhor Gustavo sobre a questão dos fragmentos na área urbana. Falou que o plano de manejo traz parâmetros para a área urbana para permitir a conectividade dos fragmentos. **4) O senhor André** perguntou quais são as infra estruturas específicas para transporte. O Engenheiro **Gustavo** respondeu baseado no programa específico que consta do plano. Disse que tem uma tabela que está disponível no plano, e estudos para a questão do transporte público para a AR14. **5) Pergunta** quais os critérios utilizado para se impedir a instalação de hospitais veterinários? O Dr. **Paulo Anselmo** respondeu que hospitais veterinários assim como de humanos são equipamentos de concentração de animais doentes e por isso tem procedimentos operacionais especializados. Na região há muito animais que são muito sensíveis a doenças. É de conhecimento de que em vários lugares do mundo, perde-se populações inteiras de animais por causa da cinomose, que é a causa de quase 70% dos registros de entrada nos prontuários dos hospitais veterinários. Uma cinomose num canídeo como um lobo guará por exemplo, seria extremamente arriscado. O presidente lembrou que o hospital existente está instalado numa área de uso tolerado. O presidente pediu para que o interessado aponte no texto o que causou um mal entendido para que possa se esclarecido. Por fim a senhora **Giovana** proprietária rural da APA disse que é comum ver animais mortos em decorrência da raiva e ela não sabe o que fazer com isso. Outra coisa é a necessidade de requerer um corpo de bombeiros para a APA toda. Dr. **Paulo Anselmo** respondeu que nos últimos anos tem aumentado a raiva pecuária. Isso se dá por conta dos morcegos não encontrarem animais selvagens, estão buscando outros animais, por isso tem aumentando esses casos referidos pela senhora Giovana. Finda as perguntas, o presidente informou que nos próximos 10 (dez) dias a SVDS estará à disposição recebendo as contribuições que na sua totalidade serão avaliadas pelos técnicos da SVDS, sistematizadas, respondidas e publicadas no D.O.M antes da próxima Audiência Pública, anunciada para o próximo dia 25 de julho de 2018. Em seguida o presidente da Audiência Pública Rogério Menezes deu por suspensa a Audiência. A ata foi por mim **Janete Navarro** regularmente redigida,

Campinas, 04 de julho de 2018

**JANETE DO PRADO ALVES NAVARRO**

Secretária de mesa